

Senado muda lei para se fortalecer frente à Câmara

VALOR ECONÔMICO 05 NOV 2003

De Brasília

O Senado aprovou ontem, por 62 votos a zero e praticamente sem discussão, uma emenda constitucional que altera a regra das medidas provisórias e fortalece o papel da Casa diante da Câmara. A emenda, de autoria de José Jorge (PFL-PE), determina que a prioridade do exame das medidas provisórias seja feita de modo alternado com a Câmara dos Deputados. De forma a que em metade das MPs a iniciativa do exame seja do Senado e na outra metade da Câmara. Atualmente, todas as matérias de iniciativa da Presidência são exami-

nadas primeiro pela Câmara.

Este ano, já houve outras iniciativas para tirar do Senado o papel de mera casa revisora, até com o apoio do Palácio do Planalto. Houve uma articulação mal-sucedida para que a reforma tributária ingressasse no Congresso pelo Senado, apresentada por um integrante da base do governo, mas a reação contrária na Câmara foi muito forte e o governo recuou.

No exame das medidas provisórias, o papel do Senado é pouco mais do que protocolar. José Jorge apresentou dados mostrando que, das 44 medidas provisórias aprovadas este ano, 34

foram chanceladas pelos senadores sem qualquer mudança em relação ao texto votado pelos deputados. Cada medida provisória demorou, em média, 65 dias para ser votada na Câmara e apenas 8,7 dias para ser votada no Senado. É comum a designação de um senador para relatar a MP em plenário, poucas horas antes da votação.

As chances de a emenda de José Jorge ser aprovada na Câmara, contudo, são mínimas. Circulam entre as lideranças dos deputados idéias para tornar o papel legislativo dos senadores ainda mais restrito. Uma das teses é tirar do Senado a capacidade de

propor projetos de lei ou propostas de emenda constitucional, como essa de José Jorge. Os senadores limitariam-se então a rever o que a Câmara dos Deputados fez e tratar dos assuntos de natureza exclusiva da instituição, como a aprovação de autoridades nomeadas pelo presidente ou das questões que dizem respeito ao interesse dos Estados.

As alterações feitas pelo relator da reforma tributária no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), no texto aprovado na Câmara já haviam irritado os deputados, que ensaiaram a ameaça de restaurar o texto original quando ele retornar para o exame da Câmara. (MLD)